



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002986-65.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**
 Requerido: **Valdemar Barruca**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

SERVITRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA S/C LTDA., qualificada nos autos ajuizou ação de rescisão de contrato c.c. cobrança de parcelas em atraso em face de **VALDEMAR BARRUCA**, também qualificado, alegando, em síntese, que em 02.03.2012 firmou contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico com locação de equipamento, não tendo a ré adimplido a partir da mensalidade vencida em 10 de junho de 2015. Encaminhou notificação ao réu (**cf. Fls. 23/24**). Diante da inadimplência do réu o atendimento do monitoramento foi suspenso e os equipamentos de alarme foram retirados. O saldo devedor é de R\$1.415,90. Batalha pela condenação do réu a pagar esse valor.

Regularmente citado, o réu deixou de oferecer resposta tornando-se revel (folhas 36).

Relatei. Decido.

A procedência do pedido é de rigor.

Citado, o réu deixou de contestar o pedido dando-se a revelia. Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

O inadimplemento é aspecto incontroverso na causa.

Ademais, anota-se que as parcelas cobradas consistem no pagamento do serviço de monitoramento eletrônico com locação de equipamento do sistema de alarme.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e CONDENO o réu ao pagamento da quantia de R\$ 1.415,90, com correção monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da data em que realizado o cálculo de fls. 02/03.

Condeno ainda o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 14 de junho de 2017.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**